

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

52.^a Reunião
(9 de setembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Telmo Correia) deu início à reunião às 19 horas e 56 minutos.

Procedeu-se à audição do Eng.º Rui Paulo Moura Santos (Diretor da Inapal Plásticos), que, após uma intervenção inicial, respondeu às questões colocadas pelos Deputados José Magalhães (PS), Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Elsa Cordeiro (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 29 minutos.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião.

Eram 19 horas e 56 minutos.

Estamos em condições de iniciar a audição do Sr. Eng.º Rui Paulo Moura Santos, na qualidade de Diretor da Inapal Plásticos, a quem agradeço a presença. Peço desculpa, em meu nome e em nome da Comissão, pelo tempo que o Sr. Engenheiro e o seu advogado, Dr. Miguel Gameiro, tiveram de esperar, mas nem sempre é previsível o tempo de duração das audições, o interesse suscitado nos Srs. Deputados e o conjunto de perguntas. Portanto, peço desculpa por isso e agradeço que tenham esperado até agora.

O Sr. Engenheiro acaba de me dizer que quer fazer uma curta declaração inicial. Dou-lhe a palavra para esse efeito.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos** (Diretor da Inapal Plásticos): — Muito boa noite. Como sabem, a lei faculta-me a possibilidade de me recusar a depor perante esta Comissão, pois está em curso um processo no qual sou arguido e que, como sabem, trata parte deste tema.

Tal processo, pela profusão de notícias e até pela exposição mediática que tem, provocou-me alguns inconvenientes pessoais e profissionais, e não fosse o suporte que tenho vindo a ter da administração da minha empresa, dos meus amigos e da minha família, isso teria obviamente consequências bem gravosas.

A este propósito, lembro que, no dia em que fui notificado pela Polícia Judiciária, nesse mesmo dia, a acusação aparecia no *site* da revista *Sábado*. Isto é absolutamente caricato e poderá dizer alguma coisa.

Apesar de tudo, estou disponível para cooperar com esta Comissão, dentro dos meus conhecimentos, até para limpar a minha honra e clarificar bem as situações.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro.

É evidente que, como disse, e bem, o facto de ter esse estatuto — é um estatuto que existe para sua proteção, também do ponto de vista jurídico — dá-lhe o direito de dizer aquilo que entende. Agradecemos, ainda assim, a sua disponibilidade para colaborar e, portanto, colaborará na medida em que achar que deve colaborar.

Compete ao Partido Socialista iniciar esta audição. Tem a palavra, por 10 minutos, a Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Sr. Presidente, serei provavelmente muito breve, porque, quando foi sugerido que pedíssemos o testemunho do Sr. Eng.º Rui Paulo Moura Santos, isso resultou do facto de ser público e notório que tinha sido julgado em 1.ª instância e conhecíamos os factos alegados e invocados. Também já conhecíamos a sentença da 1.ª instância. E estávamos a tentar apurar: como se organizavam as empresas que estavam encarregadas e eram beneficiárias de contrapartidas, para conseguirem dinamizar o mais possível a obtenção de contrapartidas e maximizar nas suas classificações a vantagem decorrente das mesmas; e como se fazia a relação entre essas empresas e as comissões permanentes de contrapartidas, portanto, as entidades do Estado responsáveis pela gestão do programa de contrapartidas, coisa que foi variando ao longo do tempo, segundo vários regimes jurídicos que conhecemos, e sobre a qual temos vastíssima informação.

Portanto, julgo que a utilidade do seu depoimento se situa nesta esfera: como é que se organizaram os industriais? Como é que foi evoluindo, ao longo do tempo, essa relação entre os industriais e o Estado? Que relações tiveram com a Ferrostaal e os seus agentes, portanto, os seus representantes, no fundo?

Assim, gostaria que desse a sua contribuição nessa esfera, o que não implica quebra de nenhuma das limitações a que aludiu.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Gostava de voltar a fazer um pouco de história da minha participação neste tema. Sou — e era, à data dos factos — Diretor Comercial da Inapal Plásticos. Contrariamente àquilo que vem na acusação, e que se diz, nunca fui administrador da ACECIA — nem administrador da ACECIA, nem administrador da Inapal Plásticos, nem administrador de nada —, sou um simples assalariado da Inapal Plásticos.

Vou, agora, fazer uma referência: em 2003 e 2004, a nossa empresa teve um crescimento acentuado, negociámos um interessante projeto com a Volkswagen Autoeuropa, o que obrigou à instalação da nossa empresa — portanto, de uma segunda fábrica produtiva — no Parque Industrial da Autoeuropa para fornecer alguns componentes. Assim, a ocupação da administração, nomeadamente do Sr. António Roquete, era imensa e ele decidiu que, em algumas alturas, e conforme informação feita à ACECIA, eu, a pedido dele, representá-lo-ia e, portanto, participaria nas reuniões, com o *focus* de captar novas oportunidades de negócio.

Foi esta a minha participação neste processo.

Portanto, desse fator organizativo, nada sei. Não tive qualquer relação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — E que experiência de participação no programa de contrapartidas é que teve, por força das atividades da sua empresa?

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Eu participei em quatro reuniões. Essas quatro reuniões eram reuniões de linguagem muito complexa. Ou seja, para quem chegava do nada, do vazio, e participava nessas reuniões, não entendia parte daquilo que lá se dizia. Portanto, o meu objetivo nessas reuniões era tentar captar novas oportunidades de negócio. E surgiram algumas possibilidades ou, pelo menos, daí resultaram alguns contactos. Tive duas visitas de uma senhora, a Sr.ª Malinowski, que, creio, pertence à Ferrostaal e que, em 2005 e 2006, esteve no Porto e em Palmela para preparar a visita do diretor de compras da MAN *trucks*, isto é, camiões, pois também era um *target*, um alvo nosso tentar obter negócios junto desta empresa que utiliza componentes em cujo desenvolvimento somos especialistas. Tivemos também algumas reuniões ou, pelo menos, uma visita da Magna, que foi em conjunto ou em cooperação com a ACECIA. Depois, já em 2009, tive também uma visita da General Dynamics.

Isto foi o que consegui captar destas reuniões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, esses contactos foram contactos que desembocaram em negócios concretos, de sucesso, ou foram exploratórios, sem resultado prático para a empresa de que é membro?

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Estes contactos ficaram pelo exploratório, não deram negócios. Se bem que, com a MAN, ainda houve uma troca de comunicação, houve algumas consultas, fizemos as propostas, que aparentemente não seriam competitivas. E tenho um negócio que foi feito pela Inapal e que ainda estará em curso, embora em fim de série, mas que não é diretamente com a Magna — ou seja, fornecemos a Magna, mas via AMG, e não posso dizer que tenha a ver seguramente com isto.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Se bem compreendi, circunscreveu-se, no que diz respeito à atividade da ACECIA, às quatro participações representativas que enunciou. Julgo que não as situou no tempo.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Fiz quatro reuniões. Deixe-me conferir, para não errar. Creio que foram uma, em dezembro de 2004, outra, em fevereiro de 2005, outra, em março de 2005 e outra, a última, em abril de 2005, concretamente, em 28 de abril de 2005. E acabou-se a minha participação na ACECIA.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, nessas reuniões a sua intervenção foi, no fundo, de audição do que outros diziam e não de propositura de soluções ou de ideias ou de intervenção.

Mas dessa audição de propostas e da intervenção de outros, teve alguma perceção de como se organizava esse agrupamento de empresas e qual era o seu modo de atuação, ou não deu para compreender isso?

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Não deu para compreender. E até nas atas é de difícil compreensão a linguagem que aí está descrita. Portanto, era uma linguagem complexa para quem vem de fora e está completamente à margem do que se tratava nestas reuniões.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado terminou?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Engenheiro e o seu advogado, e agradecer as horas de espera.

Já aqui percebemos a sua participação e, no fundo, as funções que exercia. O Sr. Engenheiro é mais um dos diretores comerciais que foram chamados a esta Comissão pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista e que, como dizia o Sr. Deputado Jorge Machado num aparte, provavelmente teve o azar de ter de ir mais vezes a tribunal do que propriamente à ACECIA.

Queria apenas dizer-lhe que já percebemos a sua participação na ACECIA: esteve em três, quatro reuniões, enquanto representante do Sr. António Roquete.

Também já percebemos uma outra coisa que, deixe-me dizer-lhe, por acaso, nesta sua última resposta, também é particularmente interessante. É que nós temos andado a discutir aqui, ao longo de diferentes audições, até muito por iniciativa do Sr. Deputado José Magalhães, a existência ou inexistência de atas. E ficámos a saber que, neste caso concreto, a existência de atas não significa necessariamente um esclarecimento muito suficiente sobre aquilo que é o funcionamento de uma determinada entidade, neste caso, por aquilo que o Sr. Engenheiro nos disse, até pela dificuldade de entendimento da linguagem utilizada.

O Sr. Engenheiro já nos foi aqui dizendo algumas coisas, mas queria aproveitar a sua presença, depois de tantas horas que aqui esteve à espera, para questioná-lo apenas sobre, segundo tive oportunidade de ver, o único projeto de contrapartidas que a Inapal Plásticos teve, salvo erro um projeto chamado «Webasto», que tinha a ver com o fornecimento de umas peças para um Citroën, salvo erro.

Gostaria de lhe perguntar se tem conhecimento de como decorreu, do ponto de vista da execução, este projeto em concreto, que foi o único em que a Inapal teve alguma participação. Gostaria de saber o que aconteceu, se esse projeto foi cumprido, ou não. Que conhecimento tem sobre isso, ou o que pode dizer-nos para nos ajudar a compreender aquilo que foi a intervenção da Inapal?

Por fim, uma pergunta que também fiz a um colega seu, diretor comercial, também convocado a esta Comissão pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista, é se, porventura, para além dessa curta intervenção na ACECIA — a presença nessas três, quatro reuniões, que provavelmente

muitos amargos de boca lhe causou, ao longo deste tempo —, teve alguma relação, alguma participação, algum contacto com membros ou institucionalmente até com a Comissão Permanente de Contrapartidas ou com a Comissão PRAS (que era a Comissão que existia no âmbito do Programa Relativo à Aquisição de Submarinos). Porventura, teve algum contacto com alguma destas instituições?

Sr. Engenheiro, não tenho mais perguntas a fazer-lhe sobre esta matéria. Agradeço a sua disponibilidade para colaborar nestes trabalhos.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Começo pelo fim, é mais fácil. Até à participação na primeira reunião, em dezembro de 2004, na ACECIA, eu não conhecia nenhum dos intervenientes da ACECIA — estou a falar do Dr. Luís Palma Féria, do Pedro Ramalho, do Filipe Moutinho, do Eng.º Gonçalves —, eu não conhecia ninguém. Portanto, o primeiro contacto que tive com estas pessoas foi aí. Quanto a pessoas da Ferrostaal, tive um primeiro contacto com a Sr.ª Malinowski em 2005 e um segundo contacto em 2006; o Sr. Weretecki conheci-o na primeira audiência do tribunal; e não conheci ninguém da Comissão Permanente de Contrapartidas, à exceção, mas não nessa posição, do Eng.º João Saldanha, que foi quem substituiu o Sr. António Roquete no Conselho de Administração da ACECIA. E não conheci mais ninguém, nem do PRAS, nem de nada do que referiu.

Em relação ao projeto Webasto, a Webasto é uma empresa multinacional que tem várias subempresas, todas elas chamadas «Webasto», uma em França, outra em Itália, outra, que era uma Webasto Klimatech, na Alemanha, a Webasto Alemanha, e em vários países do mundo, como a Turquia. A parte da Klimatech, que era um dos projetos que estava no início, em que se falava do *Gebblaswandseitenwände*, que era

um projeto de finais de 2003, foi vendida a uma outra empresa financeira que é a Spheros. Todos os projetos ocorreram. Portanto, o projeto da Citroën ocorreu. Não me recordo, mas creio que iniciámos o fornecimento série em princípios de 2004 e era para o Citroën C6. O EOP creio que foi no ano passado. Realizámos e continuamos a fornecer — portanto, ainda não há EOP — para o projeto da Webasto Klimatech, hoje em dia, Spheros. O Fiat 198 continua. E continuámos, a partir dessa altura, em grande envolvimento comercial, técnico e de cooperação e desenvolvimento com a empresa Webasto, no seu geral.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, deseja mais algum esclarecimento?

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero fazer uma última pergunta.

Sr. Engenheiro, ao longo de várias audições de membros da ACECIA e de representantes de diferentes empresas que faziam parte do consórcio, foi referida a questão da Comissão Permanente de Contrapartidas e de algumas visitas que a Comissão Permanente de Contrapartidas teria feito, ou não, no local, a algumas das empresas.

Gostaria de saber se, na Inapal, houve ou não alguma visita da Comissão Permanente de Contrapartidas.

É apenas esta a pergunta que queria fazer.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Se houve, eu não estive envolvido. Portanto, desconheço.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Partido Comunista Português. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Eng.º Rui Paulo Moura Santos e o seu advogado.

Já todos percebemos o papel residual que teve em todo este processo, pelo que não vou gastar, nem de longe nem de perto, os minutos que tenho para colocar questões sobre essa matéria.

Presumo — e corrija-me, se estiver errado — que, relativamente ao processo de definição de contrapartidas, nada sabe. Sobre o envolvimento da empresa Escom nessa mesma definição de contrapartidas, também nada sabe — e, se assim não for, corrigir-me-á e dirá o que tem a dizer sobre esta matéria.

Referiu que participou em quatro reuniões e que tiveram a visita de administradores da MAN Ferrostaal na empresa. As visitas foram exploratórias. Diria que foram visitas mais de cortesia do que de outra coisa qualquer, ou foram mesmo perspectivas de negócios? E a Inapal beneficiou de alguma contrapartida?

É que nós ouvimos uma série de empresas de componentes do setor automóvel e, salvo raras exceções... E agora não quero estar a dizer que, de certeza absoluta, nenhuma delas beneficiou em concreto de contrapartidas, ou isso não pode ser palpável, alguns dirão que houve contactos exploratórios para tentar colocar produtos no mercado alemão, etc. A questão é saber se efetivamente houve algum negócio palpável que tenha resultado das contrapartidas que foram entretanto tão badaladas nos meios de comunicação social.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Em relação às visitas que ocorreram, da General Dynamics, da Magna, da MAN, as visitas na indústria automóvel são sempre visitas técnicas, basicamente técnicas. Quer dizer, de comercial, têm pouco. Ou melhor, são os comerciais que tentam trazer os clientes, mas as visitas são puramente técnicas e, portanto, é a componente técnica que é predominante no negócio da indústria automóvel.

Agora, quanto a ter havido ou não contrapartida, a Webasto é um negócio que dizem que é contrapartida. A Webasto ocorreu, faturou, é verdade. A indústria automóvel tem normalmente três fases: uma fase de puro desenvolvimento, de definição a partir de uma superfície exterior, de uma peça, de um esquema, de um esboço de uma peça, a definição das espessuras, dos pontos de fixação, para depois podermos calcular virtualmente se o que projetamos é capaz de resistir às especificações do cliente. Depois, há uma segunda fase, que é uma fase protótipo, em que validamos aquilo que fizemos na fase de desenvolvimento. E há uma terceira fase, que é a fase de fabricação série, que é onde recolhemos todas as informações que obtivemos, desde o desenvolvimento do protótipo, e que vamos seguir.

Agora, as fases são todas independentes, pelo que o facto de eu fazer a fase desenvolvimento, não quer dizer que eu venha a fazer a fase protótipo. Quer dizer, elas são todas soltas. E, depois, cabe ao cliente final decidir isso.

Agora que dizem que houve — e, tanto quanto me disse o Sr. António Roquete, houve — um empurrão decisivo na concretização destes negócios, dizem que sim. E eles ocorreram, foram faturados, e alguns negócios ainda ocorrem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Presumo pelo seu silêncio que não saiba dizer nada relativamente ao processo de definição, nem de contrapartidas, nem sobre a Escom.

Curiosamente, a Webasto, se bem percebi da intervenção do Sr. Deputado do CDS, decorre com clientela de nacionalidade francesa e empresas francesas, e não tanto alemãs — e se estiver incorreto, diga, por favor. Isso resulta das pré-contrapartidas com as quais os fabricantes franceses também tiveram de avançar, ou resultou das pré-contrapartidas ou contrapartidas do concorrente alemão que, entretanto, venceu o concurso?

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — A Webasto é uma empresa única no mundo. Tem um acionista e depois tem várias unidades produtivas em diversos países. E, normalmente, as grandes empresas — não é o caso da nossa, infelizmente — acompanham os construtores em cada nova unidade produtiva que se instala, para evitar custos logísticos. Portanto, a Webasto é uma empresa única.

Agora, nós mantemos relações com a Webasto Alemanha e mantivemos relações com a Webasto Itália. Digamos, nós separamos a Webasto Itália, que é para onde mandamos as peças e que depois fornece a Fiat e a Ferrari, a Webasto França, que, depois, fornece a Renault e a PSA, a Webasto Alemanha, que era a Klimatech, os autocarros, a Volkswagen, etc.

Mas as diretrizes, a direção é uma e é na Alemanha. Portanto, a empresa é alemã.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, está terminada a inquirição por parte do Partido Comunista Português.

Segue-se o Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Eng.º Rui Paulo Moura Santos e o seu advogado. Quero igualmente pedir desculpa pela espera, devido a uma audição anterior. Pedia-lhe também que entendesse que, quando nos propomos estudar uma matéria, não deixamos de ouvir todas as pessoas que possam ter qualquer informação, ainda que residual, importante para o processo — e isto não é, de forma alguma, um processo de intenções ou uma culpabilização sem argumentos, porque nem seria justo fazê-lo.

E daquilo que temos ouvido até agora, e até de empresas similares à empresa onde trabalha e com funções similares, a intuição que tiramos é que, ao longo dos tempos, as contrapartidas têm sido usadas para muito mais do que para aquilo que é suposto serem usadas, nomeadamente para inflacionar contratos, através destas tais contrapartidas que acabam por não existir. E esse é um dos pontos que queremos aferir e que achamos importante estudar.

Já aqui nos disse que, no caso de que tem conhecimento na prática, a sua empresa recebeu uma contrapartida de facto, presumo, da Ferrostaal ou dos contactos da Ferrostaal — e esta é a primeira pergunta que queria

deixar. Penso que não poderá ser de outra forma, mas, ainda assim, gostaria que confirmasse isso.

Quero também perguntar-lhe se tem ou teve conhecimento de assinatura ou de terem sido creditadas contrapartidas que não existiam e que, de facto, não eram contrapartidas. E pergunto-lho porque já aqui ouvimos pessoas que o afirmaram e disseram que isto era frequente em algum tipo de empresas associadas a este processo.

Pergunto-lhe também — e, mais uma vez, já aqui ouvimos alguns depoimentos que apontaram nessa direção — se teve conhecimento da existência de um acordo compensatório proposto à Ferrostaal e assinado em setembro de 2005, acordo compensatório este que servia exatamente, da parte da ACECIA, para compensar contrapartidas que estavam a ser creditadas em valor, mas que não tinham correspondência real em termos de investimentos por parte dos consórcios que ganhavam, e daí a conclusão de serem mais um mecanismo para inflacionar o preço dos equipamentos do que necessariamente um mecanismo de investimento na economia portuguesa, tendo ficado, muitas vezes, os grupos industriais portugueses a perder neste processo relativamente aos consórcios que ganharam estes processos.

Portanto, pergunto-lhe se tem conhecimento deste acordo compensatório e em que é que consistia, na prática. E se tem conhecimento de a Ferrostaal ter feito algum pagamento à ACECIA no âmbito deste acordo compensatório, que, hoje, temos alguns indícios de que existia.

Eram estas as perguntas que gostaria de lhe deixar, agradecendo, mais uma vez, a sua presença aqui.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Em relação à sua última pergunta, eu desconheço. O que conheço é aquilo que está diretamente

ligado à Inapal. Aquilo que me foi transmitido é que a Ferrostaal foi decisiva na realização de pelo menos parte do negócio da Webasto. O negócio da Webasto existiu, é uma realidade, nós faturámos meios produtivos, faturámos peças, ainda continuamos a faturar algumas peças desses primeiros negócios, e pagamos os nossos impostos. Portanto, tudo existiu.

Relativamente ao acordo de compensação, desconheço.

E de contratos que tenham sido assinados e que não fossem contrapartidas, também desconheço.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, deseja fazer mais alguma pergunta?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O último partido é o Partido Social Democrata. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Sr. Presidente, o dia já vai longo para os trabalhos da nossa Comissão de Inquérito.

Desde já, quero agradecer a presença do Sr. Eng.º Rui Paulo Moura Santos, da Inapal, e do seu advogado.

Muito já foi esclarecido e também já constatámos que o seu depoimento é residual. Muitas das questões que queria colocar também já foram respondidas, mas ainda tenho algumas que gostaria que reforçasse.

O Sr. Engenheiro disse-nos que exercia o cargo de diretor comercial na Inapal Plásticos. Pergunto-lhe se já deixou de exercer essas funções e, em caso afirmativo, qual foi o período em que exerceu as mesmas.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Exerço essas funções desde 1996.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Elsa Cordeiro** (PSD): — Também já nos disse que representou o Dr. António Roquete, que era o Presidente do Conselho de Administração da Inapal, nas reuniões da ACECIA. Pergunto-lhe se, alguma vez, representou o Dr. António Roquete em alguma reunião com a INTELI.

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Nunca.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Elsa Cordeiro** (PSD): — A Inapal, como já foi dito, é uma das empresas que compunha o Agrupamento Complementar de Empresas, a ACECIA – Componentes Integrados da Indústria Automóvel. Ora, uma das suspeitas levantadas é que as empresas que compunham a ACECIA aproveitaram negócios já em curso entre as empresas alemãs para que fossem aceites como contrapartidas, ou seja, fazendo crer que se tratava de negócios novos. Por isso, pergunto: alguma vez já tinha tido ou a sua empresa tinha tido algum relacionamento, algum contacto comercial com a Ferrostaal?

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Não, nunca. Que eu conheça...

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Então, quer dizer que a sua empresa foi escolhida pela Ferrostaal devido a pertencer a esse Agrupamento, à ACECIA?

O Sr. Eng.º **Rui Paulo Moura Santos**: — Acreditamos que sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Não tenho mais nenhuma questão, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Termina aqui a primeira ronda. Nenhum dos grupos parlamentares usou a totalidade do tempo na primeira ronda. Ainda assim, a presunção de que não usarão da segunda é ilidível. E para que ela seja ilidida, pergunto ao Partido Socialista, ao CDS-PP, ao PCP e ao Bloco de Esquerda se desejam usar da palavra numa segunda ronda, uma vez que o PSD, tendo acabado de fazer a primeira, não fará a segunda ronda.

Pausa.

Não pretendendo nenhum dos partidos usar da palavra numa segunda ronda, vamos concluir aqui a nossa reunião.

Antes de me despedir do Sr. Eng.º Rui Paulo Moura Santos, quero só chamar a atenção dos Srs. Deputados que, amanhã, começaremos a nossa reunião, como previsto, às 10 horas. Pedi aos serviços da Comissão para tentarmos deslizar as duas audições da tarde, uma, para as 15 horas, e outra, para as 17 horas, até para não sacrificarmos os nossos depoentes da mesma

forma que sacrificámos o Sr. Engenheiro e o seu advogado, durante tantas horas, e também para podermos discutir os vários requerimentos que estão pendentes e que os Srs. Deputados conhecem.

Teremos audições amanhã. Na quinta-feira, não teremos audições, porque, como o Sr. Deputado Jorge Machado faz questão de nos lembrar, quando algum de nós se esquece, é o dia dedicado aos grupos parlamentares e, portanto, não serão marcadas audições para de manhã, e, à tarde teremos sessão plenária, pelo que também não serão marcadas audições. A Comissão também não reúne na sexta-feira.

Quero ainda dar conta de que agendei a vinda dos dois advogados porque, como os Srs. Deputados terão visto, o Dr. José Miguel Júdice telefonou-me primeiro e, a seguir, mandou uma carta dizendo que obviamente sabe que tem a obrigação de vir a Comissão, não é isso que está em causa, mas que mantém a intenção de não levantar o segredo profissional. Assim sendo, estará na Comissão respondendo de forma limitada e explicando aos Srs. Deputados as razões para tal.

Posto isto, agendei o Sr. Dr. José Miguel Júdice para o dia 16 e, a seguir, o Sr. Dr. Bernardo Ayala, que também tem parte do segredo profissional levantado (sendo que, no resto, ainda vamos diligenciar junto da Ordem dos Advogados para ver se é possível mais) e que também manifestou a intenção de querer vir a esta Comissão.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Ambos no dia 16?

O Sr. **Presidente**: — Ambos no dia 16, Sr. Deputado. Até porque o próprio Sr. Dr. José Miguel Júdice disse-me que o depoimento dele seria curto, pelo que aí não teremos dificuldade.

Portanto, isto é o que está marcado até agora. Temos mais quatro pedidos de audição para serem discutidos e aprovados, ou não. Mas, até agora, estão marcadas audições até ao dia 16 de manhã. Portanto, amanhã, e, depois, no dia 16, de manhã. Obviamente, esta informação será disponibilizada aos Srs. Deputados.

Srs. Deputados, terminamos aqui hoje os nossos trabalhos, revemo-nos amanhã, às 10 horas.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Sr. Engenheiro o facto de, podendo, e como disse, e bem, refugiar-se até num estatuto processual para não nos dizer nada, apesar de tudo, ter respondido, sincera, direta e frontalmente, a todas as questões dos Srs. Deputados. Quero agradecer ainda, e também ao seu advogado, o tempo de espera e o tempo que lhes tomámos. Muito obrigado aos dois.

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 29 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.